

ACTUALIZAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA OS TRABALHADORES ADMINISTRATIVOS (Ex-PRT)

Apesar das diligências desenvolvidas pela FETese/SITese, com vista a uma rápida publicação do Regulamento de Condições Mínimas (RCM) para os Trabalhadores Administrativos, para o ano de 2008, só e m 31 de Dezembro de 2008 o mesmo foi publicada, pela Portaria n.º 1548/2008.

Continua, pois, a verificar-se um desfasamento injustificado e prejudicial aos trabalhadores, no caso presente de 12 meses, entre a data da publicação do RCM e a data da sua produção de feitos,

Recorda-se que a constituição da Comissão Técnica incumbida de proceder aos estudos preparatórios da actualização do RCM foi publicada no BTE n.º 14, de 15 de Abril de 2008 e que a publicação do respectivo Aviso, obrigatório nos termos da lei, ocorreu no BTE n.º 32, de 29/8/2008.

Salienta-se, ainda, que na reunião da Comissão Técnica realizada em 2 de Junho de 2008, o representante da FETese/SITese chamou a atenção dos representantes ministeriais para a necessidade de encontrarem formas de assinatura rápida do RCM pelos membros do Governo com competência para o efeito, por forma a evitarem-se maiores atrasos na publicação, que sempre acarretam graves prejuízos para os trabalhadores.

ACTUALIZAÇÃO DAS RETRIBUIÇÕES MÍNIMAS PARA O ANO DE 2008

1. - As retribuições mínimas, cujo aumento médio é superior a 3 %, o subsídio de refeição e a actualização do valor das diuturnidades produzem efeitos desde 1 de Janeiro de 2008, podendo os montantes da retroactividade serem pagos em prestações mensais de igual valor, com início no mês seguinte ao da entrada em vigor, correspondendo cada prestação a dois meses de retroactividade ou fracção e até ao limite de cinco.

2. - Abono para falhas

As funções de pagamento ou recebimento passam a ter um abono mensal para falhas no valor de 24,48 €.

3. - Diuturnidades

O valor de cada diuturnidade passa a ser de 17,28 €, de 3 em 3 anos, até ao limite de 5.

3. - Subsídio de refeição

O valor a atribuir é de 3,10 €, por cada dia completo de trabalho.

ANEXO RETRIBUIÇÕES MÍNIMAS PARA 2008

Níveis	Profissões e categorias profissionais	Remunerações - €
I	Director de serviços Secretário-Geral	927,00
II	Analista de informática Contabilista/técnico oficial de contas Inspector administrativo	904,00

Níveis	Profissões e categorias profissionais	Remunerações - €
III	Chefe de serviços Programador de informática Tesoureiro Técnico de Apoio Jurídico III Técnico de computador III Técnico de Contabilidade III Técnico de Estatística III Técnico de recursos humanos III	824,00
IV	Técnico de apoio jurídico II Técnico de computador II Técnico de contabilidade II Técnico de estatística II Técnico de recursos humanos II	752,00
V	Chefe de secção Técnico de apoio jurídico I Técnico de computador I Técnico de contabilidade I Técnico de estatística I Técnico de recursos humanos I	688,00
VI	Analista de funções Correspondente em línguas estrangeiras Documentalista Planeador de informática de 1ª Técnico Administrativo Técnico de secretariado Tradutor	643,00
VII	Assistente administrativo de 1ª Caixa Operador de computador de 1ª Operador de máquinas auxiliares de 1ª Planeador de informática de 2ª	576,00
VIII	Assistente administrativo de 2ª Assistente de consultório de 1ª Cobrador de 1ª Controlador de informática de 1ª Operador de computador de 2ª Operador de máquinas auxiliares de 2ª Recepcionista de 1ª	528,50
IX	Assistente administrativo de 3ª Assistente de consultório de 2ª Cobrador de 2ª Chefe de trabalhadores auxiliares Controlador de informática de 2ª Operador de tratamento de texto 1ª Recepcionista de 2ª Telefonista de 1ª	489,50
X	Assistente administrativo de 3ª (até um ano) Contínuo de 1ª Guarda de 1ª Operador de tratamento de texto de 2ª Porteiro de 1ª Recepcionista de 2ª (até quatro meses) Telefonista de 2ª	434,00 *
XI	Contínuo de 2ª Guarda de 2ª Porteiro de 2ª Trabalhador de limpeza	426,00 *

** - Em 2009, a retribuição mínima das categorias profissionais integradas nos Níveis X e XI, não pode ser inferior a 450,00 €, valor da retribuição mínima mensal garantida, fixada pelo Decreto-Lei n.º246/2008, de 18 de Dezembro.*

Lisboa, 7 de Janeiro de 2009

A DIRECÇÃO